

## **Anexo II-a — Disposições exclusivamente aplicáveis aos acordos de codelegação**

### **Artigo 1.º: Partes e assinatura de acordos de codelegação**

Se a organização executar a ação juntamente com codelegados, os codelegados passam a ser Partes no acordo juntamente com a organização. As condições gerais aplicam-se aos codelegados *mutatis mutandis*, sob reserva do disposto no presente anexo.

### **Artigo 2.º: Obrigações adicionais da organização**

Para além das obrigações previstas no anexo II, a organização deve:

- a) Executar as atividades descritas e previstas no anexo I;
- b) Verificar se a ação é executada nos termos do presente acordo e assegurar a coordenação com todos os codelegados na execução da ação;
- c) Ser o intermediário para qualquer comunicação entre os codelegados e a autoridade contratante;
- d) Ser responsável pela rápida transmissão à autoridade contratante de todos os documentos e informações que possam ser exigidos nos termos do presente acordo, em particular no que diz respeito aos relatórios narrativos, aos pedidos de pagamento, à declaração de gestão e aos pareceres de auditoria de todos os codelegados. Se for necessário obter informações dos codelegados, a organização deve ser responsável pela obtenção, verificação e consolidação dessas informações antes de as enviar à autoridade contratante. Considerar qualquer informação prestada, ou pedido apresentado, pela organização à autoridade contratante como tendo recebido o acordo de todos os codelegados;
- e) Informar a autoridade contratante de qualquer ocorrência suscetível de afetar ou atrasar a execução da ação;
- f) Informar a autoridade contratante, assim que a informação estiver disponível, de qualquer alteração da situação jurídica, financeira, técnica, organizacional ou relativa à propriedade, assim como de qualquer alteração da denominação, endereço ou representante legal de qualquer dos codelegados;
- g) Ser responsável, em caso de monitorização e avaliação, tal como descrito no artigo 10.º do anexo II, pela recolha e fornecimento de todos os documentos necessários;
- h) Elaborar os pedidos de pagamento de acordo com o acordo;
- i) Ser o único destinatário, em nome de todos os codelegados, dos pagamentos da autoridade contratante. A organização deve assegurar que os montantes devidos são subsequentemente pagos aos codelegados sem atrasos injustificados;
- j) Se for caso disso, reembolsar os fundos à autoridade contratante em conformidade com o artigo 15.º do anexo II sem prejuízo do artigo 6.º;
- k) Abster-se de delegar a totalidade ou parte destas tarefas nos codelegados ou noutras entidades.

### **Artigo 3.º: Obrigações dos codelegados**

Os codelegados devem:

- a) Executar as atividades tal como atribuídas a cada codelegado no anexo I, tomando todas as medidas necessárias e razoáveis para assegurar que a ação é executada em conformidade com a descrição da ação constante do anexo I e as condições do presente acordo;
- b) Assegurar que a organização tem ou obtém os dados necessários à elaboração dos relatórios, demonstrações financeiras e outras informações ou documentos exigidos pelo presente acordo e seus anexos, incluindo todas as informações necessárias em caso de monitorização ou avaliação, tal como descrito no artigo 10.º do anexo II, bem como as declarações de gestão e os pareceres de auditoria ou de controlo pertinentes referidos no artigo 3.º, n.º 10 a 12, do anexo II (esta disposição não se aplica a documentos e a codelegados abrangidos por um acordo com a Comissão Europeia no sentido de fornecer um desses documentos anualmente);
- c) Assegurar que as informações a prestar e os pedidos dirigidos à autoridade contratante são enviados através da organização;
- d) Acordar com a organização nas providências adequadas tomadas a nível interno para a coordenação interna e a representação dos codelegados perante a autoridade contratante

- relativamente a qualquer questão decorrente do presente acordo, em conformidade com este e no cumprimento da legislação aplicável;
- e) Ser responsável, em caso de auditorias e verificações, conforme previsto no artigo 17.º do anexo II, pela apresentação de todos os documentos necessários, sem prejuízo do disposto no artigo 5.º.

#### **Artigo 4.º: Rescisão e suspensão**

- 4.1 No anexo II, o artigo 13.º é alterado do seguinte modo:
- a) No primeiro parágrafo do anexo II, artigo 13.º, n.º 1, «pode rescindir» deve ser substituído por «pode cessar ou parcialmente rescindir» e «a organização» é substituída por «um delegado». Para além das disposições do artigo 13.º, n.º 1, e em relação a cada uma delas, a autoridade contratante deve discutir antes da rescisão a reafetação das tarefas e responsabilidades do delegatário cuja participação cessa, em caso de cessação parcial, aos restantes delegatários, ou da sua eventual substituição por um terceiro.
  - b) Em casos devidamente justificados, a organização pode propor que seja denunciada a participação de um codelegado no presente acordo. Para o efeito, a organização deve comunicar à autoridade contratante as razões da denúncia da participação e a data a partir da qual a mesma produz efeitos, assim como uma proposta de redistribuição das tarefas que incumbiam ao codelegado cuja participação foi denunciada, ou da sua eventual substituição. A proposta deve ser enviada em momento oportuno, antes de a denúncia produzir efeitos. Se a autoridade contratante concordar, o acordo será alterado em conformidade, nos termos do artigo 11.º. Se a autoridade contratante não concordar, qualquer das Partes pode denunciar o acordo em conformidade com o disposto no artigo 13.º, n.º 3.
- 4.2 Em caso de denúncia da participação de um delegado em conformidade com o artigo 4.º, n.º 1, alíneas a) ou b), o pagamento final relativo às atividades atribuídas ao delegado em causa deve ser incluído no pedido de pagamento seguinte na sequência da denúncia notificada pela autoridade contratante.

#### **Artigo 5.º: Acordos-quadro e disposições especiais**

Quando a organização e um codelegado tiverem concluído acordos-quadro com a Comissão Europeia, o acordo-quadro de cada delegado é aplicável para efeitos do presente acordo, exceto no que diz respeito às obrigações em matéria de comunicações e pagamentos, a que apenas o acordo-quadro da organização se aplica.

#### **Artigo 6.º: Responsabilidade financeira**

Cada delegatário deve ser financeiramente responsável exclusivamente pela parte da ação que deve executar (incluindo os seus contratantes e beneficiários de subvenções), tal como consta do anexo I, ou pelas atividades que lhe são confiadas durante a execução da ação, no caso de estas não estarem indicadas no anexo I. A autoridade contratante deve recuperar os fundos indevidamente pagos ou incorretamente utilizados diretamente junto da organização, a menos que esta esteja em medida de demonstrar que os montantes a recuperar ao abrigo do presente acordo dizem respeito apenas a atividades que têm ou deveriam ter sido executadas pelo codelegado em conformidade com o anexo I. Nesse caso, a autoridade contratante pode recuperar o montante diretamente do codelegado em situação de incumprimento.

#### **Artigo 7.º: Resolução de litígios**

Se um dos delegados for uma organização internacional, o disposto no artigo 14.º, n.º 4, alínea b), do anexo II será aplicável à totalidade do acordo. Caso um litígio não diga respeito a todos os delegados, o mecanismo de resolução de litígios previsto no artigo 14.º, n.º 4, alínea b), será aplicável entre a autoridade contratante e o(s) delegatário(s) em questão.